

# POBREZA E EXCLUSÕES

Mundos plurais, olhares singulares

**Florbela Samagaio**



EDIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E VENDAS  
SÍLABAS & DESAFIOS - UNIPessoal LDA.  
NIF: 510212891  
www.silabas-e-desafios.pt  
info@silabas-e-desafios.pt

Sede:  
Rua Dória Carmona, nº 4, 4 Dt  
8000-316 Faro  
Telefone: 289805399  
Fax: 289805399  
Encomendas: encomendar@silabas-e-desafios.pt

TÍTULO  
**POBREZA E EXCLUSÕES – Mundos plurais, olhares singulares**

AUTORA  
**FLORBELA SAMAGAIO**

REVISÃO DE TEXTO:  
**TIAGO TELES**

1ª edição  
70 Exemplares  
Copyright @ Florbela Samagaio e Sílabas & Desafios, Unipessoal Lda., fevereiro 2017  
ISBN: 978-989-8842-01-5  
Depósito legal:

Pré-edição, edição, composição gráfica: Sílabas & Desafios Unipessoal, Lda.  
Pré-impressão, impressão e acabamentos: Gráfica Comercial, Loulé

Capa: design e ilustração por Ágata Rodrigues@2017

Reservados todos os direitos. Reprodução proibida. A utilização de todo, ou partes, do texto, figuras, quadros, ilustrações e gráficos, deverá ter a autorização expressa do autor.

*Ao meu pai,  
ao homem e aos seus princípios de vida*



<b>PREFÁCIO</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>UM ROTEIRO TEÓRICO EM TORNO DOS FENÓMENOS DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL</b>	<b>23</b>
1.1. Ideias fundadoras e de enquadramento	23
1.2. Um olhar sobre os principais estudos internacionais: o domínio da perspectiva socioeconómica e normativa da pobreza e a emergência da noção de exclusão social	29
1.3. A análise da realidade portuguesa: principais pontos de vista sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão social	41
1.4. Pobreza e Exclusão Social na Infância e Juventude: alargando o objeto de análise no século XXI	46
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A CRIANÇA COMO SUJEITO NO QUADRO DAS ANÁLISES SOBRE A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL</b>	<b>61</b>
2.1. Objetivos fundamentais do capítulo	61
2.2. A emergência social da criança e da infância: notas sobre um novo paradigma da Infância	63
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>ESTADO-PROVIDÊNCIA: PERSPETIVAS E DEBATES PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA SOCIAL JUNTO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE</b>	<b>93</b>
3.1. Interrogar o Estado-Providência contemporâneo	93
3.2. De Bismarck a Beveridge: a construção dos ideais	95
3.3. Estado-Providência: a lógica da diversidade e da heterogeneidade de “modelos”	97
3.4. A emergência tardia e a (in) sustentabilidade do Estado-Providência: pistas para um debate em torno do caso português	110

3.5. Famílias em contexto de pobreza e exclusão social: um olhar sobre espaços particulares de reprodução social e cultural	114
3.6. A Escola e a necessidade da Educação Não Formal	119

## **CAPÍTULO IV**

### **UM MODELO METODOLÓGICO COM BASE NO TERRITÓRIO E NA ÉTICA DE INVESTIGAÇÃO** **155**

4.1. Investigar com crianças e jovens: construindo saber sociológico	155
4.2. A seleção da amostra 10-18 anos e a aproximação à realidade: a plataforma empírica	161
4.3. A metodologia mista de investigação: entre o quantitativo e o qualitativo	165
4.4. A construção simbólica dos campos de significado (da pobreza e da exclusão social) junto de crianças e jovens	169
4.5. A construção dos instrumentos de análise: as variáveis e a construção dos campos de significado	175
4.6. Propondo um esquema de análise	181

## **CAPÍTULO V**

### **PROGRAMA ESCOLHAS: UM OLHAR PARA 5 PROJETOS NA CIDADE DO PORTO** **185**

5.1. Objetivos do capítulo e apresentação dos entrevistados	185
5.2. Apresentação e descrição do Programa Escolhas: principais áreas de intervenção consideradas na conceção de medidas destinadas ao combate à pobreza e exclusão social infantojuvenil	188
5.3. A plataforma empírica: cinco Projetos Escolhas em análise no concelho do Porto	196
5.4. O Programa Escolhas e as problemáticas sociais nas comunidades de bairro: o olhar dos coordenadores dos Projetos Escolhas sobre a luta contra a pobreza e a exclusão social, a questão geracional e a participação social da criança	199
5.5. Entre a mediação e a participação social: o papel da Educação Não Formal	212

## **CAPÍTULO VI**

<b>FAMÍLIA, CONDIÇÕES DE VIDA E SOCIABILIDADES: CARATERIZAÇÃO DE VIVÊNCIAS E QUOTIDIANOS DE MUNDOS INFANTOJUVENIS PARTICULARES</b>	<b>223</b>
6.1. Os lugares e a população inquirida	223
6.2. Os inquiridos: alguns traços de desagregação e desorganização familiares	227
6.3. Idade dos pais e composição do agregado familiar	228
6.4. Níveis de escolaridade dos pais	230
6.5. Equipamentos e bens de consumo em casa	232
6.6. Principal meio de vida dos pais e rendimentos	234
6.7. Perceções face às condições de vida e principais dificuldades económicas sentidas na família	238
6.8. Ajudar em casa: um passo para a autonomia	240
6.9. Condições de habitação e reprodução social da pobreza e da exclusão social	244
6.10. Modos de vida infantojuvenis: a emergência do Programa Escolhas na quebra da circularidade casa-escola-casa	246
6.11. A criança, o jovem e a saúde	250
6.12. A escolha da roupa: entre o pragmatismo e a construção de uma identidade	254
6.13. Representações sociais infantojuvenis sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão social	256
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>291</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS FUNDAMENTAIS</b>	<b>299</b>
Outras referências	306
Documentos oficiais	307





## Prefácio

Nos últimos anos, uma intensa mobilização da comunidade académica e de organizações não-governamentais tem colocado na agenda o combate à pobreza infantil e à exclusão das crianças. Há bons motivos para isso. Apesar da proclamação retórica da intenção de abolir a pobreza infantil – por exemplo, na cimeira europeia de Lisboa de 2000, os países da União Europeia inscreveram entre os objetivos sociais, a atingir em 2015, a abolição da pobreza infantil na Europa – ela não apenas não tem sido eficazmente combatida, como, bem pelo contrário, se tem intensificado, sendo a infância o grupo geracional com maior índice de pobreza relativa e aquele que mais sofreu as consequências da crise económica e financeira que se arrasta desde 2008.

É sabido que a pobreza em geral, e a pobreza infantil em especial, é um fenómeno multifatorial, com raízes estruturais e que, por isso, uma crise económica devastadora como aquela que o descontrolo da especulação financeira desencadeou, teria, como teve, implicações decisivas na pulverização de todos os esforços e progressos que entretanto se terão verificado para atingir o objetivo da erradicação da pobreza das crianças. É sabido, outrossim, que é profundamente ilusório pensar-se que as crianças podem ser resgatadas da pobreza e da exclusão se os seus pais permanecem sem os rendimentos necessários para uma vida em dignidade ou se são afastados do usufruto pleno dos direitos sociais. Não há, com efeito, erradicação da pobreza infantil sem erradicação da pobreza em geral, o que não significa que não sejam necessárias medidas específicas e políticas públicas focalizadas na infância.

Mas se são conhecidos os fatores da pobreza infantil e se estes são estruturais, importa avaliar por que razão as políticas de combate à pobreza e à exclusão têm revelado uma tão grande impotência em constituir-se como políticas estruturantes, isto é, capazes de criar as condições de transformação e de mudança das condições de vida das crianças. Importa, do mesmo modo,

verificar de que forma as práticas de intervenção social e comunitária junto das populações mais jovens contribuem efetivamente para promover a inclusão social e a promoção plena dos direitos das crianças.

O livro de Florbela Samagaio vai direto ao coração das questões enunciadas. A partir da investigação de um dos poucos programas de política pública direcionados para as crianças e jovens em situação de exclusão, o Programa Escolhas, na área urbana do Porto, a autora desenvolve um minucioso estudo sobre as práticas realizadas no terreno da intervenção e os seus resultados e sobre as conceções dos técnicos e outros intervenientes na execução do programa, detendo-se nos aspetos conceptuais e metodológicos da intervenção junto de crianças e jovens dos bairros sociais, quase todos em situação de carência económica, muitos deles integrantes de minorias étnicas, em rutura frequente com a instituição escolar, colocados à margem por uma sociedade que, no dizer de Zigmunt Bauman, se especializou em produzir “vidas desperdiçadas”, vítimas da desigualdade e das iniquidades do modelo económico hegemónico.

A autora coloca a sua análise no quadro de uma conceção que situa as crianças e os jovens na condição de cidadãos. Esta colocação é decisiva em dois aspetos: no plano teórico e no plano das metodologias de intervenção social.

No plano teórico, a noção de cidadania infantil enfrenta as abordagens dominantes que consideram a cidadania a partir da conjugação dos direitos de pertença e de reconhecimento em três domínios fundamentais: no plano cívico, através do reconhecimento das identidades pessoal e nacional e do respeito pelas liberdades fundamentais de pensamento, expressão, reunião e participação cívica; no plano político, pelo reconhecimento dos direitos ativos e passivos de participação política, isto é de eleger e de ser eleito para cargos políticos representativos; no plano social, pelo usufruto garantido a condições básicas de vida com dignidade, através do acesso ao trabalho e de proteção que salvaguarde, em situações de infortúnio ou de

carência, alimentação, habitação, educação e saúde. Como considerar, então, a cidadania infantil, se as crianças não são detentoras formais de direitos políticos (na verdade, são os únicos seres humanos impedidos de votar ou de ser politicamente eleitos nas democracias liberais) e é no quadro da relação entre o Estado e as famílias que se articulam os direitos sociais e os seus instrumentos e medidas (por exemplo, se as crianças constituem o grupo geracional maioritário beneficiário do rendimento social de inserção, elas não o podem receber direta nem isoladamente; ele é atribuído à família ou à pessoa que detenha as “responsabilidades parentais”)?

A afirmação da cidadania infantil decorre diretamente da Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada na ONU em 20 de novembro de 1989, que consagra, entre outros princípios, o superior interesse da criança e que atribui às crianças o estatuto de “sujeito de direitos”. Isso significa que, no plano jurídico, os direitos da criança sobrelevam outros direitos, nomeadamente os da família, e que se reconhece à criança a condição específica de titular de direitos (sejam eles civis, políticos ou sociais), ainda que na condição específica de vulnerabilidade e de necessidade de proteção que é inerente à sua situação biopsicológica e social. Nesse sentido, quando os adultos – em condições normais, as famílias – se encarregam da guarda, proteção e educação das crianças, não estão no exercício de um poder (tradicionalmente designado por *pater potestas*), mas na prática de um dever que lhes acarreta especiais responsabilidades.

Em suma, por serem protegidas, não significa que as crianças têm uma cidadania menor, sob tutela ou limitada. Pelo contrário, é a sua condição de cidadãos que funda o seu direito à proteção. A alteridade das crianças impõe que se considere a cidadania da infância na sua especificidade, alargando o sentido do conceito e implicando novas dimensões na sua configuração. É o caso, nomeadamente, da aplicação das condições de respeito, pertença e reconhecimento (dimensões estas centrais ao conceito de cidadania) face às formas de pensar e de se exprimir das crianças, no quadro das

culturas infantis, à participação das crianças em todos os aspetos da sua vida, nomeadamente no interior das instituições – e em especial na escola – e à expressão de relações de aceitação e de uma escrupulosa ética de cuidado no interior da vida familiar e nas relações de intimidade. Estas dimensões correspondem, respetivamente, à cidadania cognitiva, à cidadania institucional e à cidadania íntima.

É exatamente sobre as formas de expressão, participação e respeito das identidades individuais e coletivas das crianças e jovens, que Florbela Samagaio dedica boa parte do seu esforço analítico e interpretativo, tomando, como é obviamente decorrente do seu foco na pobreza infantil, a devida atenção de base às condições de exercício dos direitos sociais das crianças. Apesar de não ser sempre claro nos testemunhos dos técnicos e interventores sociais que são entrevistados na investigação aqui presente, a questão da cidadania da infância é efetivamente central no desenvolvimento de programas e de projetos que se orientam para a promoção da inclusão de crianças e de jovens.

Assume aqui, por consequência, uma enorme importância o segundo aspeto que atrás assinalávamos como central: o da consideração da cidadania infantil no domínio das metodologias de intervenção social com crianças. A análise do Programa Escolhas e das práticas associadas aos respetivos projetos é extremamente reveladora sobre estes aspetos. A partir da minuciosa análise realizada por Florbela Samagaio e do importante material empírico que mobiliza, somos levados a concluir que, apesar da relativa consensualidade sobre os objetivos do programa e do sentido da ação pretendida, orientada para a inclusão de crianças e de jovens especialmente vulnerabilizados pela sua pertença de classe, etnia ou relação com o capital escolar e simbólico, as metodologias de intervenção são significativamente diferenciadas e apontam para sentidos de ação dissonantes e mesmo divergentes.

De forma algo esquemática, diríamos que se encontram evidenciadas diferentes práticas de intervenção que se situam algures entre dois polos correspondentes a dois tipos-ideais (no sentido weberiano do termo): o primeiro, caracteriza-se pela individualização da intervenção, numa linha que procura sobretudo considerar a relação da criança e da respetiva família com a norma social, procurando corrigir o que aparenta ser uma disfunção ou desvio (nesta linha, são habituais as designações “famílias disfuncionais” e “comportamento desviante”) e promovendo uma ação que incide prioritariamente nos comportamentos ou nas competências de famílias e de crianças (correspondendo, conseqüentemente, a práticas de “promoção de competências” parentais ou outras e de “gestão de conflitos”, etc.); o segundo, caracteriza-se pela intenção de transformação, com as crianças, das condições estruturais (ou seja, das regras e dos recursos) que promovem a exclusão, priorizando, por consequência, a participação coletiva, a promoção de medidas que não estigmatizem, antes salientam as qualidades e capacidades já existentes das crianças e dos jovens e das suas comunidades, e que impulsio-nem os movimentos coletivos com vista a operar mudanças nas instituições, nas escolas, nos bairros e nas comunidades em geral, no sentido do desenvolvimento da capacidade crítica, da consciência coletiva (no sentido freiriano do “conscientização”), do empoderamento e do reforço dos laços de sociabilidade.

O primeiro tipo de práticas de intervenção social privilegia instrumentos clínicos de ação, o segundo oportuniza dinâmicas coletivas de mobilização.

A grande questão que se coloca é a de saber se a renúncia a práticas de intervenção que visam transformar as condições que originam a exclusão social e a pobreza e, em contraponto, a adoção de uma intervenção direcionada para os indivíduos, pensada como se eles vivessem no vazio social, ou, de outro modo, encarando-os como pontos de um sistema que se reconhece mas que se considera estático ou mesmo imutável, não serve apenas para

confirmar, precisamente, essa mesma situação de exclusão. Quantos riscos existem precisamente em considerar as “pessoas de risco”, as “crianças e jovens e riscos”, as “famílias em riscos”, ignorando o risco das condições sociais de, afinal, uma “sociedade de risco”? Risco de estigmatização, de acusação das vítimas, de dupla exclusão social e simbólica. Quantas práticas de intervenção social com crianças *traçam* esse risco?

É certo que os anos da crise impuseram com frequência medidas de emergência com um sentido diretamente individualista e assistencialista. Não é legítimo desvalorizar o efeito dessas medidas na resposta a problemas reais de pessoas concretas em situação de extrema vulnerabilidade. Os projetos estudados por Florbela Samagaio no quadro do Programa Escolhas ocorreram, parcialmente, em pleno período da crise e refletem as contradições inerentes aos desafios de intervenção social que então se colocaram. De que modo eles, efetivamente, se situam ou não numa dinâmica de promoção de cidadania de crianças e de jovens é a interrogação maior que a autora coloca e, certamente, essa pergunta merecerá também a avaliação crítica do leitor.

Para tanto, conta o leitor com uma obra densa e complexa, muito atenta, como deveria ser, aos pormenores que compõem o social, profundamente respeitadora de uma ética de pesquisa que é também uma ética de compromisso com a intervenção social e com os seus atores mais diretos e, sobretudo, com um contributo muito significativo para coletivamente pensarmos as políticas de infância e os modos de intervenção social contra a pobreza e pela inclusão social.

Prof. Doutor Manuel Jacinto Sarmiento

# INTRODUÇÃO

Pobreza e Exclusões: mundos plurais, olhares singulares é um livro que trata os fenómenos da pobreza e da exclusão social a partir da voz das crianças e dos jovens no concelho do Porto. Usa como base de trabalho um processo de investigação, no âmbito duma tese de doutoramento em Sociologia, na vertente Cultura, Territórios e Desigualdades, e que decorreu entre o período 2009-2013 em vários projetos «Escolhas» distribuídos pela cidade do Porto e cuja implementação temporal no terreno apresentava expressividade como plataforma empírica de análise.

Pobreza e Exclusão Social constituem temas recorrentes de investigação no âmbito de algumas ciências, muito particularmente da economia e da sociologia. Inscritos em vários paradigmas de análise social, seja a perspetiva socioeconómica, seja a perspetiva relativista e ou sejam as perspetivas subjetiva e culturalista, mais do que reforçar cada uma delas, interessa salvaguardar e reiterar a multidimensionalidade dos olhares que visionam e percecionam estes fenómenos.

Realmente uma expressão, aparentemente de fácil entendimento como a pobreza, tem alimentado pensamentos, análises e estudos praticamente desde o início do pensamento civilizacional, o que nos permite averiguar quer do carácter da presença estrutural dos fenómenos na vida das sociedades quer da sua pluridimensionalidade. Como se tal não fosse já suficiente, o final de século XX assistiu à consolidação da expressão/noção/conceito de exclusão social fortalecendo a complexidade da sua análise. Assim, optámos por este título. Sim, pobreza e exclusões são palavras que andam juntas, do ponto de vista concetual poderão *contextualmente* designar fenómenos distintos mas que poderão reportar à mesma realidade.

*Pobreza e exclusões: mundos plurais, olhares singulares* resulta de um estudo que procura acentuar a multidimensionalidade na análise dos fenómenos assim como reforçar a ideia da sua estruturalidade na vida das sociedades. Referimo-nos necessariamente a *mundos plurais*, na sua existência e no seu entendimento e, muito particularmente, a *olhares singulares*, contextualizados no tempo, no espaço e no sujeito em questão, espelhando simultaneamente perceções e representações sociais culturalmente diferenciadas.

Desta vez avançamos com os olhares de crianças e jovens, com idades entre os 10 e os 18 anos, residentes em vários bairros sociais pertencente ao Concelho do Porto, também eles construídos em função de diversos mundos sociais e culturais. Estamos na presença de mundos infantojuvenis culturalmente diferenciados, embora com características comuns. Crianças e jovens, enquadrados numa fase geracional semelhante, possuem conceções particulares e singulares acerca do mundo em que vivem. É este o nosso grande desafio: apresentar representações sociais sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão social construídas junto de crianças e jovens, procurando contribuir para um enriquecimento do cenário científico que envolve estes estudos. São vários os olhares ao longo da história, são vários os olhares sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão no presente.

A condição social para a participação das crianças e dos jovens neste tipo de investigação encontrava-se reunida na primeira década do milénio. Assim, ao longo do século XX fomos assistindo ao aprofundamento dos Direitos Humanos, e ao seu alargamento aos vários atores sociais, entre estes as crianças. Em 1989 as Nações unidas adotaram por unanimidade a Convenção dos Direitos da Criança, entrando em vigor em Portugal em 1990. São vários os direitos que assistem a criança até aos 18 anos, dos quais destacamos o direito à participação nos assuntos que lhe dizem respeito (ponto 1 do artº 12º CDC). A tomada em consideração das opiniões das crianças e dos jovens na construção do conhecimento sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão social proporciona um espaço de debate público sobre assuntos que respeitam a toda a sociedade, atribuindo visibilidade social às crianças e jovens e promove uma prática iniciática de socialização em torno da cidadania ativa. Por outro lado, e no final dos anos 90 e início dos anos 2000 em Portugal, assistimos ao surgimento do Programa Escolhas, o qual poderemos considerar uma medida de política social, com novos contornos, que procura desde logo trabalhar e implementar prática de atuação ao nível de um espaço de Educação Não Formal. Assim, a política social na figura dos projetos Escolhas, constituiu a porta da entrada nos mundos da infância e da juventude como *stakeholders*, uma vez que, no nosso país, a rotina e a rigidez do sistema educativo formal não favorece a participação das crianças e dos jovens em projetos de investigação.

Envolvendo as crianças e os jovens destinatários de vários projetos Escolhas na construção do conhecimento sobre temas estruturais na vida da



sociedade, acreditamos poder contribuir, ainda que modestamente, para uma sensibilização social junto dos mesmos e simultaneamente espicaçar o seu pensamento enquanto cidadãos ativos abrindo portas para a sua participação social. Pobreza e Exclusões constituem temáticas cujo interesse perpassa a sociedade civil.

Todo o processo de investigação se resume ao ato de perguntar. Como definem as crianças e os jovens os fenómenos da pobreza e da exclusão? Como percecionam a família e a escola em termos de socialização? Será que uma política social poderá ocupar um terceiro espaço socializador na vida das crianças e dos jovens? Será que efetivamente valorizam os projetos escolhas como um contexto educativo na sua vida diária? Estas foram as principais questões que nortearam a investigação que originou este livro. Não se trata de saber o que vai dentro das crianças nem conhecer o seu pensamento, pretende-se sim, a partir das suas perceções, registar as suas opiniões e construir representações sociais com crianças e jovens destinatários duma medida de política social com todas as implicações que isso possa ter: viver num bairro social, não apresentar indicadores de sucesso escolar, entre outros. À partida, trabalhamos com uma franja populacional vulnerável à pobreza e à exclusão social.

Os últimos anos do final do século XX e a primeira década do novo milénio trouxeram novas exigências e novos desafios no que toca à educação das crianças e dos jovens. Desde os anos 60 do século passado que, um pouco por toda a Europa e, posteriormente em Portugal, já na década de 80, surge um outro paradigma educacional envolvendo em paralelo vários agentes e percorrendo o ciclo de vida dos indivíduos. Efetivamente, a escola, o agente educativo por excelência não garante a satisfação face às várias necessidades manifestadas. Podemos afirmar que desde 1967, com a *International Conference on World Crisis in Education* que nos encontramos perante um novo paradigma educacional onde acreditamos existir espaço para um terceiro setor de socialização. *Mundos plurais, olhares singulares*, este livro procura na Educação Não Formal um espaço de debate sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão social.

O Programa Escolhas surge nesta investigação como um espaço inédito de Educação Não Formal junto da população mais jovem.

O Programa Escolhas teve a sua origem no ano 2000 em Portugal e

foi apresentado como uma medida de intervenção social junto de populações juvenis oriundas dos bairros periféricos da região de Lisboa, e que apresentavam comportamentos desviantes. Na verdade, o Escolhas surgiu como uma experiência de trabalho que procurasse demonstrar que seria possível trabalhar com jovens provenientes daqueles que ficaram na época sinalizados como os 50 bairros mais problemáticos de Lisboa, Porto e Setúbal. O programa procura abarcar crianças e jovens em contexto de exclusão escolar, divididos em dois grupos etários: dos 6 aos 10 anos, a intervenção assenta num trabalho de prevenção escolar, enquanto que no grupo dos jovens com idades até aos 18 anos se procura trabalhar a reintegração escolar e social. Posteriormente estendeu-se a todo o território nacional e à altura desta investigação o país contava com cerca de 121 projetos distribuídos pelo território nacional, primeiramente nas zonas urbanas e depois implementados igualmente em zonas rurais. Atualmente o programa encontra-se na 6ª geração e conta com 16 anos de implementação no território nacional.

Partindo dos indicadores de caracterização do concelho do Porto que o colocavam entre um dos mais vulneráveis em Portugal continental, os Projetos Escolhas – Projeto Raiz, Projeto Pular a Cerca, Projeto Escolhas em Movimento, Projeto Ramal(de) Intervenção e o Projeto Metas, foram as portas de entrada nos mundos plurais da infância nos seguintes bairros: Ramalde, Campinas, Condominhas, Pasteleira e Lordelo do Ouro, Cerco, Ramalde do Meio e Viso e na zona empobrecida de Santo Ildefonso.

O livro retrata o processo e dá a conhecer *um outro olhar* sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão social: o das crianças e dos jovens, olhares igualmente plurais ou singulares no plural.

Passamos agora de uma forma breve a descrever o itinerário que percorre este livro.

Após dois anos do término do processo de investigação, o nosso próprio olhar encontra-se mais distanciado, liberto de paixões e pressões, o que possibilita um questionamento e uma visão mais objetivos acerca desta realidade, creio que próprios de qualquer pesquisa. De facto, a investigação é um ato permanente de perguntar, mesmo depois de finalizada, há sempre questões que ficam e portas que se abrem a novos saberes e a outras práticas.

À primeira vista, quando entregamos uma tese julgámos que o processo de investigação se encontra terminado. Tal não é verdade, creio que

é no ato da entrega que estaríamos devidamente apetrechados e preparados para começar. Mas, é como tudo, cada situação é um contexto e um contexto é um aqui e agora com os seus objetivos. Assim, os objetivos deste livro não são necessariamente os da própria investigação /tese.

O texto que agora se escreve é profundamente inspirado no processo de pesquisa levado a cabo no âmbito de um processo de doutoramento mas procura espelhar uma discussão diferente.

Começa com um prefácio que prepara, ensina e orienta o leitor para questões fundamentais da infância na sociedade moderna, desde logo a cidadania e a participação social das crianças, em contextos de vulnerabilidade social, neste caso, na construção de políticas públicas, promovendo a sua escuta e, de certa forma, o seu «empoderamento», numa lógica contrária à habitual prática assistencialista que se verifica neste domínio. O prefácio é da autoria do Professor Manuel Jacinto Sarmento, a quem agradeço a partilha do saber, o empenho, a inspiração para continuar a acreditar nesta área do conhecimento assim como as suas sugestões de melhoria.

O capítulo I apresenta um roteiro teórico em torno dos fenómenos da pobreza e da exclusão social e propõe-se demonstrar que, embora sejam realidades concetuais diferentes, com origem em contextos históricos diferenciados, andam, frequentemente, lado a lado nas questões práticas da análise, verificando-se sobreposições de alcance investigativo entre noções como pobreza relativa, pobreza subjetiva e culturalista e exclusão social. Mesmo a noção/definição normativa de pobreza, apesar de salvaguardada pela objetividade dos indicadores estatísticos, oferece quer margens de relatividade no conhecimento produzido quer “vazios” a preencher. Na verdade, e como já dissemos anteriormente, pobreza e exclusão social constituem temas fortemente debatidos na sociologia e na economia e, contudo, abrem constantemente brechas que necessitam de novas explicações. A sua estruturalidade faz-se sentir não só na realidade das sociedades ao longo do tempo como também na sua colocação(ões) concetual(ais).

O capítulo II propõe um enquadramento da criança como sujeito no cenário das análises sobre a pobreza e exclusão social, seguindo a linha da sociologia da infância que defende o estatuto social das crianças e dos jovens como protagonistas da sua vida, atribuindo-lhes a visibilidade social desejável. Este capítulo procura assim: demonstrar a importância de que se reveste

a consagração sociológica da criança e do jovem como sujeitos de investigação e como sujeitos de direitos socialmente competentes; sustentar a necessidade da participação da criança na vida social assim como em processos de investigação tendo em conta a pluralidade diferenciada dos mundos da infância. A criança é aqui considerada socialmente competente no âmbito do processo de socialização, e é a partir dela que se apresentam os agentes de socialização que envolvem a vida da criança: a família e a escola.

Por sua vez, no capítulo III procura-se abrir o debate sobre o eventual papel do Estado-Providência, através das políticas sociais, na construção da cidadania social junto da infância e da juventude. Inicia com uma breve panorâmica histórica acerca do mesmo e sugere uma discussão em torno dos grandes desafios do Estado Providência na sociedade atual, entre eles a (in)sustentabilidade e a sua atuação ambivalente ao nível da conceção de políticas sociais entre, por um lado, a necessidade de políticas sociais ativas, procurando evidenciar a capacitação do indivíduo para a um projeto de vida autónomo e, por outro, a rotina assistencialista instalada. Evidencia-se e defende-se a integração normativa da Educação Não Formal no âmbito das políticas sociais.

O modelo metodológico que enforma a pesquisa é apresentado no capítulo IV. Aqui procura-se descrever e fundamentar uma metodologia de investigação assente fundamentalmente em duas missivas orientadoras: a natureza contextual da pesquisa com base na construção de um território empírico de nível local e a dimensão ética que subjaz particularmente aos processos de investigação com crianças. Procede-se à apresentação do território empírico. Descreve-se e fundamentam-se as opções metodológicas tomadas em face da realidade: uma metodologia mista de investigação. Destaca-se a seleção da amostra: crianças e jovens com idades entre os 10 e os 18 anos. E informa-se sobre a construção dos campos de significado que deram origem às representações sociais sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão social, assim como dos vários agentes de socialização que as crianças e os jovens possuem.

O capítulo V é dedicado ao Programa Escolhas, à sua história e à sua pertinência, enquanto medida de política social e, fundamentalmente, à sua conceção e implementação no terreno. Aqui procura-se construir uma visão sociológica a partir dos olhares dos técnicos e dos coordenadores dos vários projetos no terreno. Para além de toda a análise documental que envolveu